

# Cinema na escola para quê?

Cinema in school  
what for?

**Mirna Juliana Santos Fonseca**  
[mirnajuliana@gmail.com](mailto:mirnajuliana@gmail.com) - PUC-Rio

## Resumo

Em 2014, foi aprovada a lei nº 13.006 que obriga a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Diante dessa nova proposta para a educação, muitos professores, estudantes, gestores e pais de alunos certamente estão se perguntando: cinema para quê? Ao chegar à escola, o cinema pode trazer para toda a comunidade escolar a possibilidade de contato com a sétima arte. Este já seria um bom motivo para que ele adentrasse a escola. Este artigo tem por objetivo tratar sobre como o cinema tem sido pensado para contribuir com a educação e que caminhos estão sendo trilhados por professores, pesquisadores e instâncias governamentais nesse sentido. Para tanto, o texto traz um pouco da história de como surgiu no Brasil o interesse pelo cinema na escola, passando pelas suas diversas abordagens até os dias atuais. A partir da proposta de Jacques Rancière, entrelaçada à hipótese-cinema de Alain Bergala, entende-se que a aprendizagem do cinema se dá por meio de uma comunhão ignorante entre os seus envolvidos nessa experiência. Esse tem sido um tema em destaque nas pesquisas sobre mídias e linguagens relacionadas à educação e se tornou de grande interesse nos últimos anos com a criação de eventos, encontros, cursos e projetos voltados para professores e estudantes que se interessam pelo cinema. A partir das vozes de pesquisadores e estudiosos do assunto, busca-se, ainda, levantar alguns motivos para que o cinema na escola se estabeleça, ganhando ainda mais força com a promulgação dessa lei.

**Palavras-chave:** Cinema e educação. Lei nº 13.006/14. Jacques Rancière. Alain Bergala.

## Abstract

In 2014, it was approved a law n. 13.006, which obligates the exhibition of national films on elementary schools. Facing this new proposal for education, a vast number of teachers, students, managers and students parents certainly are wandering: cinema for what? When arrived in school, the cinema brings the possibility of students contact and the hole educational society to connect with the 7th art, when they watch films or even produce their own. This would already be a good motive for the cinema be inserted in school. This article has the purpose of dealing about how the cinema have been thought to contribute with education and what paths are being traced by teachers, researchers and governmental entities in this sense. In order to achieve that, the article brings a little history of how emerged the interest in cinema on schools in Brazil, when it was still called educational cinema. From Jacques Rancière proposal, interlaced to the cinema hypothesis of Alain Bergala, it is understood that the learning of cinema is through an ignorant communion between their involved. This has been a highlighted theme on art researches, medias and languages related to education and it became of huge interest in the last years with the creation of events, meetings, and courses and projects focused to teachers and students that are interested in cinema, presented by the article. Starting from the voices of researchers and scholars in the subject, it is sought to raise some motives so that the cinema in school is established with success, gaining strength with the promulgation of that law.

**Keywords:** Cinema and education. Law 13.006/14. Jacques Rancière. Alain Bergala.

## **I**ntrodução

No dia 26 de junho de 2014, foi aprovada a lei nº 13.006/14 a qual “Acrescenta §8º ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.” Diante dessa nova proposta para a educação básica, muitos professores, estudantes, gestores e pais de alunos certamente estão se perguntando: cinema para quê?

Em artigo jornalístico sobre a promulgação dessa mudança na LDB, Vieira (2014) afirma que 26% das escolas públicas brasileiras não possuem TV; apenas 33,2% das 191.463 unidades públicas e privadas nacionais possuem um projetor; sem contar que 29% das escolas públicas sequer têm aparelho de DVD. Assim, fica difícil colocar em prática nas unidades educacionais a lei que estabelece a exibição de pelo menos duas horas mensais de conteúdo audiovisual nacional – e isso se ficarmos apenas na questão técnica da projeção, sem levarmos em conta os direitos autorais dos filmes, entre outras questões.

Além da falta de cinemas nas cidades – que piora conforme se localizam mais distantes dos grandes centros – podemos destacar a falta de material, equipamentos e acervos de filmes. Este já seria um bom motivo para que o cinema fosse possibilitado pela escola, mas trataremos neste artigo sobre como ele tem sido pensado para contribuir com a educação pública e que caminhos estão sendo trilhados por professores, pesquisadores e instâncias governamentais para vencer as barreiras e entraves que dificultam essa experiência do cinema na escola.

Para construção deste texto, optamos por uma análise histórica e teórica da relação entre cinema e educação. Iniciamos o artigo contando um pouco da história do surgimento do interesse pelo cinema na escola em nosso país, quando era chamado de cinema educativo e destacamos as mudanças sobre a visão voltada para o uso de filmes nas escolas até os dias atuais. A segunda parte traz uma análise que entrelaça o pensamento filosófico de Jacques Rancière (2013) à proposta de Alain Bergala (2008), ao entendermos ocorrer uma “comunhão ignorante” na relação estabelecida entre alunos, professores e a arte do cinema, geralmente não dominada pelas partes que se arriscam nessa experiência ainda nova para a maioria dos professores. Em seguida, destacamos alguns projetos que adentram a escola com propostas de cineclubes, produção de curtas-metragens e criação de animações, ressaltando o crescimento do interesse da academia que, nos últimos anos, constituiu grupos de pesquisa e criou eventos

voltados para esse tema. Por fim, tentamos elaborar algumas possíveis respostas para a questão-título deste texto, mais empenhados em construir junto com quem está pensando o cinema na escola do que propriamente dando respostas prontas, uma vez que qualquer campo do conhecimento se realiza verdadeiramente em sua constante desconstrução e reconstrução.

## Primórdios do cinema na educação brasileira

Ao tratar de qualquer tema, é sempre relevante destacarmos um pouco de sua história para dar uma maior consistência às nossas considerações sobre o assunto em análise. Como não cabe aqui ressaltar todo o percurso do cinema na educação brasileira, pretendemos trazer um panorama dessa história que data do início do século XX para situar como o cinema entrou na educação, a partir de sua memória, pois como explica Franco (2011, p. 25), é preciso:

[...] entender que não vamos começar do zero, mas sim que já temos uma história construída na educação brasileira, cheia de contradições, preconceitos e mistérios, pois, de um modo geral, essas informações não têm uma ampla difusão na formação do educador brasileiro, mas mesmo assim ele encarna esse fascínio e esse preconceito e fica muito perdido diante da proposta de usar filmes dentro da escola.

Os relatos das “primeiras exibições de vistas animadas” no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, datam de 1896. A partir de registros de fenômenos naturais e pesquisas científicas por meio do cinematógrafo e sua divulgação em exposições pelo mundo afora, rapidamente surgiu o interesse em se utilizar filmes para o ensino dos mais variados domínios do conhecimento. De acordo com Duarte e Alegria (2008, p. 62):

No caso do Brasil, a experiência pioneira nesse campo resultou dos esforços de Roquette-Pinto, que, pensando na utilização educativa do filme, já em 1910, iniciou uma filmoteca *de caráter científico e pedagógico* no Museu Nacional. A Filmoteca do Museu Nacional foi enriquecida pela produção de filmes realizados pelos primeiros cinematografistas brasileiros e também pelo próprio idealizador da filmoteca. (Grifos no original).

Os olhares para o cinema como importante instrumento educativo datam de 1930, quando os educadores da Escola Nova e os “homens de cinema” já se interessavam em moralizar a produção cinematográfica que vinha de fora e, ainda, contribuir para a criação de um cinema nacional (CATELLI, 2007). No início dessa década, duas publicações se destacam ao tratar da “cinematografia educativa” e tiveram grande relevância no cenário que se descortinava sobre o trabalho de cinema nas escolas, são elas: *Cinema e educação* (1930), de

Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho<sup>1</sup>; e *Cinema contra cinema* (1931), de Joaquim Canuto Mendes de Almeida<sup>2</sup>. De acordo com Alegria (2008), a primeira legislação que regulamenta o uso de filmes na instrução pública data de 1927, conhecida como Reforma Fernando de Azevedo. Naquela época, o cinema era encarado enquanto contribuição para a educação, conforme compreende Afrânio Peixoto, ao escrever em 1929 (ALEGRIA, 2008, p. 23-24) o seguinte:

Pelo cinema os homens se podem comunicar, sem que saibam ler... Basta que vejam. No fundo do Mato Grosso ou de Goiás, uma fita exhibe, mostra, informa, comunica, como se portam as urbanidades polidas de Paris, Nova Iorque, Melbourne ou Rio de Janeiro, como livros, jornais, telegramas, cartas, jamais poderiam fazer. [...] Portanto, sem ênfase, o cinema pode e deve ser a pedagogia dos iletrados, dos analfabetos que apenas sabem ler, dos que sabendo ler não sabem pensar, obrigando as inteligências opacas, lerdas e preguiçosas a se revelarem, numa ginástica para compreender, e para acompanhar, e deduzir, e prolongar a fita que, por certo não tem comparação com nenhum dos outros precários e reduzidos e parciais e rudimentares meios de ensino.

Em 1932, como explica Franco (2011, p. 23), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova mencionava a integração do cinema à educação brasileira, culminando em 1937 com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) que “deixou uma produção de mais de 500 filmes sobre as mais variadas temáticas e nos mais variados formatos, tanto pelas criações geniais de Humberto Mauro, quanto pela integração ao seu acervo de inúmeras produções de outros cineastas.”

Assim, a cinematografia educativa, como também era conhecida, tinha por fim educar por meio da comunicação, sendo vista como uma possibilidade de diminuir as diferenças entre o Brasil e os países desenvolvidos, uma vez que o analfabetismo era um problema de grande vulto a ser vencido. Como afirmam Duarte e Alegria (2008, p. 61):

Entre os anos de 1920 e 1930, a ideia de tomar o cinema como meio para a difusão de conhecimentos e para a formação de hábitos e de comportamentos de milhões de analfabetos, espalhados pelas diferentes regiões do país, começou a conquistar adeptos. A proposta, formulada originalmente por educadores e gestores da educação pública, teve eco entre produtores de cinema nacional, que viam a participação dos filmes na educação das massas incultas como um caminho para a consolidação da indústria cinematográfica no país.

Portanto, nesse início do século, a visão educativa voltada para a sétima arte, entendia que: “O cinema, nessa perspectiva, poderia contribuir para a mobilização das massas, para a propaganda e para a integração nacional.” (CATELLI, 2010, p. 608). A partir do primeiro governo Vargas (1930-1945), que via nessa relação entre cultura e educação uma nova maneira de transformação do nosso país, o cinema nacional foi pensado como:

[...] parte deste movimento que tinha como objetivo a renovação da educação, uma população letrada, um país mais moderno e civilizado. A Igreja Católica também influenciou diretamente neste processo, pois acreditava que através do cinema pudesse influenciar na difusão e consolidação dos princípios éticos e sociais. (PACHECO, 2016, p. 88).

Nos anos 1960, a atuação do cinema na educação foi marcante “[...] a partir de experiências em associações culturais do tipo cineclubes, círculos de cinema, *cineforum*, que envolviam a projeção de filmes para um público com um projeto educativo e de sensibilização em relação ao cinema.” (FANTIN, 2006, p. 2). Matela (2008) destaca o (re)surgimento dos cineclubes, a maioria nas universidades e ligados a entidades estudantis, ou mesmo à Igreja Católica, desde a década de 1950. Nessa época até a implantação da ditadura, houve um forte interesse do cinema para educação, com uma metodologia mais focada em sessões fílmicas e debates, “criando-se as condições para o desenvolvimento de uma cultura cinematográfica a serviço da formação de jovens.” (PACHECO, 2016, p. 89).

A partir da década de 1970, o cinema passou a ser abordado com viés educativo pelos movimentos sociais, como o movimento do Vídeo Popular, que teve por desdobramento a Educação Audiovisual Popular (EAP). As atividades eram voltadas para grupos de minorias, historicamente excluídos, realizados em geral em comunidades, por ONGs ou entidades do terceiro setor, como explica Cirello (2010). Nesse caminho histórico do cinema na educação, em direção aos dias atuais, a autora afirma que:

[...] é especialmente a partir dos anos 2000 que ocorre o *boom* de novas entidades e projetos – em sincronia histórica com a retomada do Cinema Nacional, que atinge seu ápice com seus sucessos de bilheteria, como “Cidade de Deus” (2002) e “Carandiru” (2003) –, trazendo a exclusão social para a pauta do dia. (CIRELLO, 2010, p. 58-59).

Vale destacar que na escola, junto com o investimento em recursos tecnológicos, como TVs e DVDs e posteriormente de computadores, projetores e internet para baixar filmes *on-line*, o uso instrumental do cinema, aquele que no início do século XX visava dar cultura às massas, deu lugar para a abordagem de conteúdos curriculares, como: épocas da história em filmes que tratam de tempos remotos ou de grandes acontecimentos da humanidade; tipos de sociedades e culturas em documentários ou ficções baseados em histórias reais; diversidade biológica e exploração do universo em ficções científicas com criações de animais já extintos; biografias de grandes personalidades, etc. Esse “uso” do filme para dar conta apenas de um conteúdo curricular, na maioria das vezes não leva em conta “a dimensão estética da obra, seu valor cultural e o lugar que tal obra ocupa na história do cinema”, como afirmam Duarte e Alegria (2008, p. 69), ao entenderem que:

[...] se tomamos os filmes apenas como um meio através do qual desejamos ensinar algo, sem levar em conta o valor deles, por si mesmos, estamos olhando através dos filmes e não para eles. Nesse caso, seguimos tomando-os apenas como “ilustrações luminosas” dos conhecimentos que consideramos válidos, escolarmente.

Com a entrada na presidência de Luís Inácio Lula da Silva (PT), houve grande mudança na atividade cultural do país, que contou com a criação do Ministério da Cultura (MinC) e, por conseguinte, a reativação e promoção de atividades voltadas às várias áreas da cultura. O cinema/audiovisual foi contemplado com editais de fomento a festivais, mostras e projetos de criação, o que chegou às escolas por meio de acervos fílmicos ou programas que incluíam a criação de vídeos, filmes e animações, e até pela exibição de filmes produzidos nas escolas em festivais de cinema.

Nos dias atuais, o cinema é inserido em atividades educativas (formais e não formais) que chegam às escolas e comunidades por meio de projetos de várias origens – academia, ONGs, entidades filantrópicas e governamentais, festivais, etc. – e, portanto, carregados de diferentes ideologias e interesses. Os projetos, cursos, oficinas, aulas e experiências geralmente produzem e distribuem material didático próprio, além de equipamentos que, por vezes, são doados às escolas ou comunidades ao término do projeto. Alguns deles promovem a formação de um tutor, oficinairo ou professor para realizarem as atividades com crianças e jovens que participarão das atividades propostas. Os resultados dos trabalhos empreendidos vão desde concursos de redação sobre filmes até a exibição de vídeos produzidos durante o projeto em mostras internacionais de cinema e audiovisual. Muitos disponibilizam todo seu material didático e produção decorrente das aulas e oficinas em seus *sites*.

As primeiras iniciativas de inclusão do cinema na educação tinham por objetivo civilizar e educar as massas, numa perspectiva que via o público como receptor passivo e carente de cultura. Os projetos atuais que levam cinema para a escola buscam a formação de pensamento crítico, criação de repertório, formação de gosto e produção, voltados para a autoria e criticidade dos alunos que não são apenas espectadores dos filmes antes escolhidos por outrem, mas curadores e organizadores de cineclubes nas escolas, roteiristas de vídeos, criadores de animações, entre outros.

Data do início dos anos 1990<sup>3</sup> a retomada de estudos e abordagem desse tema nas pesquisas acadêmicas, mas a partir da década que se inicia no ano 2000 aumentou a quantidade de trabalhos que tratam desse assunto. Em pesquisa realizada no ano de 2012 sobre publicações que tratam de cinema e educação, filmes na escola ou trabalho com

audiovisual em sala de aula, encontramos disponíveis no banco de dissertações e teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): 81 dissertações e 41 teses sobre o tema, defendidas entre 2002 e 2011. De 2011 até então, esse número já cresceu bastante, pois foram criados ou têm se fortalecido periódicos especializados, cursos de pós-graduação, pesquisas acadêmicas e grupos de pesquisas, além de congressos e eventos (nacionais e internacionais) que abordam academicamente esse tema. Além disso, temos acompanhado o crescimento do número de festivais de cinema e arte que valorizam a produção audiovisual feita nas escolas e promove a interação entre estudantes, cineastas e o público em geral.

Entre alguns eventos que abordam o tema cinema e educação, podemos citar: CineOP (anual, Ouro Preto-MG, 11ª edição em 2016); Festival Internacional Pequeno Cineasta (Rio de Janeiro, 5ª edição em 2015); Encontro Internacional de Cinema e Educação (Rio de Janeiro, 8ª edição em 2015); Seminário Internacional de Cinema e Educação – Rede Kino (2ª edição em 2014), entre outros<sup>4</sup>.

Voltamos, então, à nossa questão-título que nos faz olhar para que relação é estabelecida dentro da escola entre quem ensina e quem aprende, ao experimentarem o cinema na educação.

## **Professores e alunos numa comunhão ignorante: um bom motivo**

A partir da história de Jacotot, que encara a tarefa de ensinar língua francesa a jovens belgas sem dominar a língua-mãe de seus alunos, Rancière (2013) trata filosoficamente da arte de ensinar e, ao mesmo tempo, aprender, por meio de uma experiência emancipadora. O mestre Jacotot propôs aos alunos a tarefa de aprenderem por si mesmos uma língua estrangeira, contando apenas com um livro bilíngue e com a ajuda uns dos outros. Os estudantes foram inflamados pelo método da igualdade e método da vontade, em que todos juntos, não subordinados a nenhuma inteligência, mas em diálogo com o que seus pares podiam apresentar de solução e, ao mesmo tempo, instigados a resolver o desafio de aprender francês apenas comparando as estruturas usadas na língua estrangeira com aquela apresentada na tradução do livro. E eles aprenderam.

Assim, Jacotot entendeu que podia ensinar aquilo que ele mesmo não dominava, mas que para isso é necessário emancipar quem aprende, fazendo com que o aluno use sua própria

inteligência, confiando, desde o princípio, na sua capacidade intelectual, pois “quem emancipa não tem que se preocupar com aquilo que o emancipado deve aprender.” (RANCIÈRE, 2013, p. 37). Assim, cabe a pergunta de Rancière: “como poderá o mestre sábio aceitar que é capaz de ensinar tão bem aquilo que ignora quanto o que sabe?” (p. 34).

Lançamos essa pergunta para os professores que devem estar se perguntando como trabalhar com o cinema em sala de aula. Deixar os alunos experimentarem, arriscar-se junto com eles na descoberta desse mundo que se revela na escola é dar a si mesmo a oportunidade de emancipar-se, emancipando o outro. Como diz Bergala (2008, p. 99), “A única experiência real do encontro com a obra de arte provoca o sentimento de ser expulso do conforto dos nossos hábitos de consumidor e nossas ideias pré-concebidas.”. Para um trabalho honesto com cinema na escola, o professor precisa enxergar-se ignorante e emancipar-se para, assim, emancipar seus alunos (RANCIÈRE, 2013), saindo assim da sua zona de conforto. Ele precisa confiar no aluno, na sua capacidade, no seu potencial, nas suas vontades e nas suas escolhas.

Migliorin (2011) fala a partir do cinema, como pesquisador desta área, voltando seu olhar para a educação, e trata desse tema com foco na produção de filmes pelos alunos, analisando os riscos desse estrangeiro dentro da escola, ao instalar-se na insegurança, acontecer no estranhamento e se dar na instabilidade da criação, trazendo a incerteza e o não saber para dentro das relações de ensino e aprendizagem. Como afirma o autor:

O que talvez o cinema tenha para ensinar seja a sua essencial ignorância sobre o mundo, ponto exato em que criação e pensamento se conectam. É no âmago de sua ignorância que as imagens nos demandam, não necessariamente como eu ou você, mas como parte de uma humanidade pensante. E essa parece ser uma potência fundadora do cinema. (MIGLIORIN, 2011, p. 132).

O professor que pretende trabalhar com o cinema na escola (ou para quem é atribuída esta tarefa) encontra-se nesse não-saber, na posição de ignorante em relação ao cinema e, portanto, ele não domina nenhuma inteligência diferente daquela que tem seus alunos. Como afirma Rancière (2013, p. 11): “Não há ignorante que não saiba uma infinidade de coisas, e é sobre este saber, sobre esta capacidade em ato que todo ensino deve se pautar.” Freire (1996, p. 135) entende que a postura de um docente frente a ensinar algo que não conhece ainda deve pautar-se na segurança da consciência de sua incompletude e da novidade que tal incompletude atesta para o que ainda há para conhecer:

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei.

Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

Migliorin (2011, p. 132) desafia o professor a arriscar-se nessa experiência, por meio da qual ele vai “sair do lugar daquele que ensina para experimentar com os alunos”, numa comunhão ignorante. Portanto, podemos afirmar que o cinema na escola pode propiciar uma outra maneira de ensinar e aprender, por meio de uma metodologia que leve em conta a emancipação dos alunos no empreendimento de aprender com o outro, juntos, numa experiência “com o outro, com as imagens, mundos e conexões que o cinema nos permite, nos autoriza.” (MIGLIORIN, 2011, p. 133).

Esse modo outro de lidar com o conhecimento, numa relação entre seres que se ensinam e aprendem juntos, pode ser entendida a partir do que entende Pacheco (2016, p. 92), ao ressaltar que:

O cinema é fonte de conhecimento e de autoconhecimento e este processo se dá porque o cinema se exprime através de sons e imagens que transmitem e suscitam sentimentos. O cinema lida com o que é humano e é extremamente complicado pensar em compartimentá-lo em disciplinas, pois ele aborda a concepção do humano em suas diferentes dimensões. Um filme engloba línguas, ciências, matemática, história, geografia, física, química, psicologia, engenharia, ecologia etc., ou seja, ele é transdisciplinar, está acima de qualquer disciplina. Como reduzir o cinema a um instrumento, uma ferramenta ou uma disciplina, sendo ele indisciplinado por natureza?

Essa proposta, defendida por muitos autores que estudam atualmente a relação entre cinema e educação, busca ir além do uso instrumental do filme, como apenas um recurso didático que serve para ilustrar aulas de história e de biologia, por exemplo, algo tão comum nas escolas brasileiras. Este uso tem sua legitimidade, mas reduzir o trabalho com cinema na escola a isso é jogar fora suas potencialidades, como explica Pacheco (2016, p. 92):

O cinema é muito mais que isso, o cinema é um projeto, que engloba diferentes e infinitos projetos. Através da visualização de um filme pelos educandos, o educador pode estimular muitas práticas, reflexões e trabalhar sentimentos. O educador que tem o interesse de trabalhar a pedagogia do ser integral tem no cinema um grande aliado, já que este possui uma linguagem que comporta conteúdos abrangentes e é extremamente rica. Didatizar ou “escolarizar” o cinema é compartimentar o *incompartimentável*.

Na relação propiciada pela criação de filmes é possível ensinar dialógica e democraticamente, como entendem Bergala (2008), Migliorin (2011), confirmando o que Paulo Freire (1996, p. 23-24) já apontava dentro de sua abordagem educativa progressista, ao entender o ensinar como algo distinto da transferência de conhecimento e que:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. [...] Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi *aprendendo* socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. (Grifos do autor).

Essa citação de Paulo Freire foi escrita para um livro voltado para a formação de professores. Entendemos, assim, que essa consciência do cinema na escola para a emancipação, na proposta de uma comunhão ignorante que pode ocorrer no processo de ensino-aprendizagem, necessita partir de um trabalho efetivo dentro dos cursos de formação de professores (inicial ou continuada), pois só assim aqueles que se interessem ou não pela relação com seus alunos e o conhecimento por meio do cinema, poderão compreender seu papel de mediador e não de instrutor, alguém que “dá muito mais de si, que acompanha, e em um barco ou na montanha, aqueles que ele deve conduzir e ‘fazer passar’, correndo os mesmos riscos que as pessoas pelas quais se torna provisoriamente responsável.” (BERGALA, 2006 apud FRESQUET, 2013, p. 47).

Essa comunhão ignorante parte da consciência de alunos e professores sobre sua própria “inconclusão do ser” (FREIRE, 1996) em relação à arte do cinema dentro da escola. De acordo com Freire (1996, p. 58-59):

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. [...] não tenho dúvida nenhuma de que, inacabados e conscientes do inacabamento, abertos à procura, curiosos, “programados, mas para aprender” (JACOB, 1991), exercitaremos tanto mais e melhor a nossa capacidade de aprender e de ensinar quanto mais sujeitos e não puros objetos do processo nos façamos.

Com um olhar de emancipador e não de detentor do saber, o docente que consegue se arriscar junto com seus alunos na experiência de assistir e discutir juntos os filmes, ou na criação e filmagem de roteiros que construiram em parceria, põe em prática o que Jacques Rancière e Paulo Freire chamam de emancipar/dar autonomia, sem deixá-los sozinhos, dando-lhes a mão para passarem juntos por essa experiência, como entende Bergala (2008). Ao dar voz ao aluno para que expresse o que pensou sobre o filme, ou ao lhe dar uma câmera para que ele mostre como vê o mundo à sua volta e escolhe mostrá-lo, o professor possibilita a autoria de seu próprio discurso e de suas próprias imagens. Assim, de mero espectador – como a abordagem original do cinema educativo percebia o aluno – ele passa a produtor de

textos, imagens, interpretações, enfim, de conhecimento sobre o mundo. Essa proposta pode ser estendida para a maneira como nos relacionamos não apenas com o cinema, mas com as diversas mídias a que temos acesso. Uma vez que compreendemos ser possível assistir, discutir, analisar, criticar, manipular imagens, somos estimulados a criar nossas próprias imagens, nossos próprios filmes, e isso modifica nossa relação com o mundo, pois “A atividade criadora faz do homem um ser projetado para o futuro, enquanto modifica seu presente.” (FRESQUET, 2013, p. 32).

O cinema chega às escolas na forma de propostas multifacetadas para estudantes e professores. A seguir, apresentamos um breve panorama sobre a atualidade, no que concerne alguns projetos que abordam o cinema na escola.

### **Projetos de cinema na escola: panorama atual**

As parcerias entre universidade e escola por meio de projetos já não são novidade. Eles buscam diminuir um pouco a distância entre escola e cinema. No Rio de Janeiro, podemos citar o projeto *Cinead: cinema para aprender e desaprender*<sup>5</sup>, cuja origem data de 2006. Organizado pela professora Adriana Fresquet, o projeto promove oficinas, seminários, cursos e aperfeiçoamento de professores de escolas públicas e criação de escolas de cinema, como já ocorreu no Instituto Nacional de Surdos (Ines) e no Instituto Benjamin Constant (IBC).

Na Universidade Federal da Paraíba, a professora Virgínia de Oliveira Silva implementa desde 2008 o projeto *Cinestésico: cinema e educação*, que abarca ensino, pesquisa e extensão. Coordenado em parceria com a professora Marília Campos (UFRRJ), o projeto tem sua equipe formada estudantes de comunicação social, pedagogia, educação física, filosofia e história e, como divulga em seu *blog*<sup>6</sup>, sua “proposta é difundir e exibir produtos audiovisuais em diferentes instituições de ensino (superior e básico), a fim de iniciar os sujeitos nas linguagens audiovisuais, capacitando-os em sua formação na leitura reflexiva das mídias e de criações experimentais.”.

Outro projeto viabilizado por iniciativa de pesquisadores universitários é o *Janela Indiscreta Cine-Vídeo* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, criado em 1992 e que ocorre até hoje no *campus* de Vitória da Conquista. A equipe é formada pela professora Milene de Cássia Silveira Gusmão e sua aluna Raquel Costa Santos, entre outros. De acordo

com informações disponíveis no *site*<sup>7</sup>, devido à quantidade de ações implementadas desde sua concepção:

[...] numa trajetória de atividades ininterruptas, o Janela Indiscreta, passou de projeto a programa e contabiliza centenas de sessões, além de eventos, como cursos, seminários e mostras, que sempre contam a parceria de renomados pesquisadores e profissionais do Brasil e de outros países.

No que concerne à formação de professores, a professora M<sup>a</sup> Teresa de Assunção Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), desenvolve desde 2010 pesquisas voltadas para a formação de professores, “procurando conhecer e compreender as experiências vivenciadas por docentes e discentes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas da Faced/UFJF com fruição de peças filmicas.” (FREITAS, 2014, p. 93). Além disso, seu grupo de pesquisa Linguagem, Interação e Conhecimento (LIC) promove o *Cineduca*<sup>8</sup>, um projeto de extensão para exibição de filmes na faculdade de educação dessa universidade. De acordo com a pesquisadora:

A proposta do projeto é possibilitar a experiência de recepção fílmica com a apresentação de filmes que não só ampliem o repertório de filmes dos professores e estudantes, mas que promovam também a compreensão do cinema como uma construção estética, um enunciado social e, portanto, fonte de pensamento e expressão. (FREITAS, 2014, p. 94).

Outra grande conquista nesse âmbito foi a criação do primeiro Curso de Licenciatura em Cinema e Audiovisual, pelo Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2012, com o objetivo de formar profissionais de educação na área audiovisual. O curso é apresentado da seguinte maneira no *site*<sup>9</sup> da universidade:

Vivemos há pouco mais de um século a sociedade audiovisual, onde a imagem em movimento e o som têm experimentado janelas de diferentes tamanhos e diferentes locais para assistência. A sala de cinema se deslocou para a tela da televisão e mais recentemente para as telas dos computadores e celulares. A indiscutível presença do audiovisual na vida cotidiana tem ampliado a intimidade de todos com a sua linguagem sem que se faça uma reflexão cultural, estética e técnica dos modelos de representação social nos quais se insere essa vasta produção. É nesse contexto que apresentamos para a Universidade Federal Fluminense a proposta de um curso de licenciatura visando a capacitação docente no campo do Cinema e Audiovisual fundamentada na tradição do curso de cinema da UFF.

Como exemplo de projetos que levam cinema para a escola, podemos citar, como mais recentes e próximos da realidade fluminense, os projetos: *Cineclube nas Escolas*<sup>10</sup> (implantado em 2008 nas escolas do município do Rio de Janeiro); *Cinema para Todos*<sup>11</sup> (promovido nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro); e *Inventar*

*com a Diferença: Cinema e Direitos Humanos*<sup>12</sup> (iniciado em 2014, voltado para o trabalho com o cinema em 270 escolas públicas, localizadas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal). Tais iniciativas, na maioria das vezes, atendem estudantes e professores do ensino fundamental e médio das redes públicas, trazendo entre suas ações: formação de professores para atuação em suas atividades; distribuição de material didático; promoção de sessões fílmicas em cinemas ou nas escolas; debates/seminários com/para professores; criação de filmes pelos estudantes participantes; produção de eventos ou mostras com divulgação dos filmes produzidos nas escolas; e criação de cineclubes. Todos os projetos citados estão vinculados a instâncias governamentais, ficando, portanto, vulneráveis a descontinuidades, mudando de rumo ou se encerrando com o fim de mandatos.

Partindo para as atividades concebidas por cinematecas, empresas e ONGs, o projeto *Cinéma, cent ans de jeunesse/Cinema, cem anos de juventude*, desenvolvido pela Cinemateca Francesa tem sido desenvolvido no Brasil por meio do projeto chamado *Imagens em Movimento*<sup>13</sup> e desde 2011 funciona em escolas nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O *Educativo Tela Brasil* oferece cursos, oficinas e promove sessões para comunidades e professores interessados em trabalhar com o audiovisual, fornecendo “canais de aprendizado da linguagem audiovisual que contribuem para que o professor utilize o cinema como ferramenta interdisciplinar e como meio para formar alunos mais criativos e atuantes, dentro e fora da escola.”<sup>14</sup>

Entre os projetos de maior relevância e abrangência nacional nesse domínio, que têm apoio governamental ou por lei de incentivo à cultura, podemos destacar a *Programadora Brasil*, que desde 2007, lançava uma vez por ano, em DVD, “um conjunto de filmes brasileiros licenciados para sessões sem fins lucrativos em pontos de exibição audiovisual a ela associados.” (BRASIL, 2014, *on-line*) – a *Programadora* está fora de atividade desde o ano de 2013. O *Porta-Curtas na Escola* traz uma seleção disponível *on-line*<sup>15</sup> de curtas-metragens, relatos e planos de aula voltados para o trabalho com filmes na escola. O projeto *Porta-Curtas* geral funciona desde 2002 com patrocínio da Petrobras e disponibiliza curtas-metragens brasileiros.

Das ONGs, podemos citar o *Cineduc – Cinema e Educação*<sup>16</sup>, que no ano de 2015 completou 45 anos de estudos, pesquisa e trabalho voltado para o desenvolvimento da linguagem cinematográfica junto a crianças e jovens, estendendo nos últimos anos suas atividades para a formação de professores em cinema e educação.

Entre as parcerias público-privadas, o *Anima Mundi* tem realizado também formação voltada para animação com o *Anima Escola*<sup>17</sup>, oferecendo oficinas e cursos para alunos e professores, além de acompanhamento na produção autônoma de filmes de animação nas escolas públicas do Rio de Janeiro.

Os últimos projetos implantados nas escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro, ou em parceria com universidades fluminenses, seguem a teoria de Alain Bergala (2008) e sua *hipótese-cinema*, elaborada a partir da vivência deste cineasta na implementação de um sólido trabalho com a sétima arte nas escolas francesas. O projeto francês implantado por ele ocorreu entre 2000 e 2005 no governo em que Jack Lang foi ministro da Educação Nacional, mas desde 1989 são desenvolvidos pelo governo projetos de cinema nas escolas francesas. Atualmente, a associação *Les Enfants de Cinéma*<sup>18</sup> atua como parceira do projeto francês *École et Cinéma*<sup>19</sup>, que funciona desde 1994 junto aos estudantes do que corresponde ao nosso ensino fundamental. A teoria de Bergala (2008, p. 29) busca levar aos alunos uma experiência sensível com a sétima arte, seguindo a ideia de que:

[...] a arte não pode depender unicamente do ensino, no seu sentido tradicional de disciplina inscrita no programa e na grade curricular dos alunos, sob a responsabilidade de um professor especializado e recrutado por concurso, sem ser amputada de uma dimensão essencial. A hipótese extrai sua força e sua novidade da convicção de que toda forma de enclausuramento nessa lógica disciplinar reduziria o alcance simbólico da arte e sua potência de revelação, no sentido fotográfico do termo. A arte, para permanecer arte, deve permanecer um fermento de anarquia, de escândalo, de desordem. A arte é por definição um elemento perturbador dentro da instituição.

Uma questão importante a ser ressaltada sobre o projeto de Jack Lang é a participação voluntária de professores que se arrissem a “correr o risco” (BERGALA, 2008) de levar o cinema para a sala de aula: “Lang fez questão de que a iniciativa de conduzir uma classe artística permanecesse um engajamento pessoal, voluntário, dos professores que expressassem o desejo de fazê-lo, qualquer que fosse sua disciplina de origem.” (BERGALA, 2008, p. 31).

A hipótese-cinema de Alain Bergala tem sido a base da maior parte dos projetos que promovem pesquisas, oficinas e assessoria nas escolas na área de cinema e educação na atualidade, seja de origem pública, privada ou de ONGs no Brasil. Assim, percebemos que existe uma discussão que vem se fortalecendo, sendo teorizada por grupos de pesquisa das universidades e posta em prática por meio de projetos promovidos por instituições de variados âmbitos, ligadas à educação. Como já apontamos, a descontinuidade dos projetos de cinema na escola aqui no Brasil está relacionada a propostas estanques, ligadas a programas governamentais ou mesmo a entidades particulares que realizam atividades com prazos

limitados para cumprir determinadas metas. A produção teórica ainda em ascensão sobre as contribuições que o cinema pode trazer para a aprendizagem dos alunos pode ser também um dos fatores que não permitem criar uma política mais firme voltada para esse tema. Estamos ainda assistindo a passos lentos a implementação de uma lei (nº 13.006/14) dentro da LDB que aponta para uma possível mudança nos caminhos que essa proposta pode tomar em nosso sistema educacional. Para isso, contamos com as pesquisas realizadas nas universidades sobre cinema e educação, no âmbito de programas de pós-graduação em educação e comunicação.

Além dos já mencionados, podemos destacar alguns professores que estudam e pesquisam sobre cinema e educação há certo tempo, além de outros temas: Milene de Cássia Silveira Gusmão (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Virgínia de Oliveira Silva (Universidade Federal da Paraíba), Inês Assunção de Castro Teixeira (Universidade Federal de Minas Gerais), Maria Teresa de Assunção Freitas (Universidade Federal de Juiz de Fora), Monica Fantin (Universidade Federal de Santa Catarina), Nilda Guimarães Alves e M<sup>a</sup> da Conceição Silva Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Valeska Fortes de Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria), M<sup>a</sup> Carla Corrochano (Ufscar), Rosa M<sup>a</sup> Bueno Fisher e M<sup>a</sup> Carmen Silveira Barbosa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Solange Straube Stecz (Universidade Estadual do Paraná), Carlos Eduardo de Albuquerque Miranda e Wenceslao Machado de Oliveira Jr. (Unicamp), Aristóteles Berino (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), César Donizetti Pereira Leite (Unesp), Pedro Garcia e Antonio Flávio (UCP-RJ), Antonio Carlos Amâncio e Cezar Migliorin (Universidade Federal Fluminense), entre outros.<sup>20</sup>

Em 2008, foi criada a Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual (Rede Kino) com o intuito de abordar essa discussão de como viabilizar a incursão do cinema nas escolas públicas brasileiras. No VI e VII fóruns da Rede Kino, realizados nos 9º e 10º Festival de Cinema de Ouro Preto (CineOP), em 2014 e 2015, discutiu-se sobre os entraves que impossibilitam a realização de centenas de projetos brasileiros os quais promovem a experiência com a arte cinematográfica nas escolas públicas, além das responsabilidades de atores imprescindíveis neste cenário que se descortina com a lei 13.006/14. A Carta de Ouro Preto de 2014<sup>21</sup>, escrita no Fórum da Rede Kino de 2014, chama ministérios e agências ligadas à educação e ao audiovisual às suas responsabilidades, para um trabalho proveitoso de cinema e educação nas escolas brasileiras, observando desde uma disponibilização de banda larga de qualidade nas escolas, passando pela liberação de acervos e de direitos dos filmes

nacionais. A carta conchama a todos os envolvidos com cinema, a conhecerem o cinema feito nas escolas.

A melhor parte de todos os projetos para abordagem do cinema na escola – sejam os realizados com apoio de governos, por meio de projetos ou parcerias com empresas privadas que levam todo um aparato e formação técnico-pedagógica dos professores, ou aqueles implementados por um professor que sozinho e do seu jeito, consegue, a duras penas, proporcionar a seus alunos uma experiência singular com a arte do cinema – é a produção dos estudantes envolvidos com esse novo jeito de ver o mundo e a si mesmos. É por esta riqueza que todo trabalho já feito nas escolas brasileiras que vão ao encontro do cinema como atividade de uma aprendizagem outra, podendo espelhar e ajudar a construir novas propostas de cinema na escola, indo além da mera exibição em horários vagos pela falta de professores. Os projetos são importantes nesse movimento que o cinema tem feito em direção à escola, mas ainda não têm uma continuidade constante para a promoção efetiva e permanente de uma experiência significativa do cinema na educação brasileira.

Por todo trabalho já realizado dentro de inúmeras escolas brasileiras, embora a maior parte delas não tenha tido esse “privilégio”, é que tais projetos são bem-vindos e garantem um contato com algo de criativo e sensível no processo de aprendizagem. Acreditamos, assim como Fresquet (2013, p. 19-20), que:

Quando a educação – tão velha quanto a humanidade mesma, ressecada e cheia de fendas – se encontra com as artes e se deixa alagar por elas, especialmente pela poética do cinema – jovem de pouco mais de cem anos – renova sua fertilidade, impregnando-se de imagens e sons. Atravessada desse modo, ela pode se tornar um pouco mais misteriosa, restaura sensações, emoções, e algo da curiosidade de quem aprende e ensina.

Por fim, cabe mais uma resposta à pergunta-título deste texto. O trabalho com cinema na escola não pode ser visto como redentor de todos os problemas por que passa a escola básica brasileira. Mas os projetos já conhecidos, os relatos de professores que experimentaram levar o cinema para a sala de aula são muito inspiradores e relevantes para um contato com a sétima arte. Ele mesmo responde à pergunta-título deste texto, e com ele concordamos: “Se o encontro com o cinema como arte não ocorrer na escola, há muitas crianças para as quais ele corre o risco de não ocorrer em lugar nenhum.” (BERGALA, 2008, p. 33). Além disso, o potencial do cinema pode ser (re)descoberto dentro da escola de diferentes maneiras em cada olhar que for lançado por alunos e professores atrás da câmera como uma nova experiência de descoberta do mundo, de si mesmo e da própria humanidade, pois como afirma Fresquet (2013, p. 19):

De fato, o cinema nos oferece uma janela pela qual podemos nos assomar ao mundo para ver o que está lá fora, distante no espaço ou no tempo, para ver o que não conseguimos ver com nossos próprios olhos de modo direto. Ao mesmo tempo, essa janela vira espelho e nos permite fazer longas viagens para o interior, tão ou mais distante de nosso conhecimento imediato e possível. A tela de cinema (ou do visor da câmera) se instaura como uma nova forma de membrana para permear um outro modo de comunicação com o outro (com a alteridade do mundo, das pessoas, das coisas, dos sistemas) e com o si próprio. A educação também se reconfigura diante dessas possibilidades.

Cabe ressaltar que a experiência do cinema na escola não pode ser colocada como redutora de todos os problemas por que passa a educação básica, como afirma Fresquet (2013) ao levantar três dúvidas: de que o cinema seja uma solução, de que a escola seja o espaço ideal e de que as crianças estejam realmente dispostas a discutir sobre e a produzir filmes.

## Considerações finais

Desde as primeiras intenções de inserir o cinema como instrumento de aprendizagem nas escolas públicas, havia o interesse daqueles que traziam tal proposta em aproximar os estudantes da arte, dos filmes, de uma linguagem diferente daquela usada em sala de aula. Naquela época e até bem pouco tempo atrás, a proposta de cinema na escola era mais voltada para um uso instrumental do filme para transmitir conhecimentos, ilustrando conteúdos das aulas de biologia e história, por exemplo. A partir da abordagem de Bergala (2008), defendemos, assim como muitos pesquisadores que vêm olhando para as relações de alteridade do cinema na escola, como propulsor de mudanças no modo de ver e de relacionar-se com o mundo, ou uma outra maneira de interagir com a arte cinematográfica, uma vez que a proposta do autor está voltada também para a criação de filmes pelos estudantes. Fresquet (2013, p. 26) defende essa proposta ao entender que: “A relação com o mundo atravessada pela câmera produz uma determinada vivência para o aprendente/espectador criador, que é fortemente transformadora.”. Tal afirmação confirma o a hipótese de Bergala (2008, p. 173) sobre a “passagem ao ato” de criação pelos alunos, considerando-a como uma experiência indispensável, sempre ressaltando que o “objetivo primeiro da realização não é o filme [...], como ‘produto’, mas a experiência insubstituível de um ato, mesmo modesto, de criação.”.

Recentes pesquisas acadêmicas tratam da revolução silenciosa e a passos curtos (mas firmes e constantes) que o cinema tem feito em todos os níveis de ensino da educação – auxiliando os alunos a olharem para si e para os outros de forma diferente, criando um

repertório cinematográfico, entre outros aspectos relevantes (CORDEIRO, 2012; LEITE, 2012; GONÇALVES, 2013; REBELLO, 2013; FONSECA, 2014; MILLIET, 2014; BARRA, 2015) – e mostram que mais do que um “tapa-buracos” de aulas, ou uma saída para suprir a falta de professores, a experiência real com o cinema na escola, em que se assistem, discutem e se produzem filmes tem sido relevante para a proposta de uma aprendizagem que vai além do que estão nos livros, no currículo, no dia a dia da escola. Como explica Duarte (2009, p. 68):

Se o domínio dos códigos que compõem a linguagem audiovisual constitui *poder* em sociedades que produzem e consomem esse tipo de artefato, é tarefa dos meios educacionais oferecer os recursos adequados para a aquisição desse domínio e para a ampliação da *competência para ver*, do mesmo modo como fazemos com a competência para ler e escrever.

Neste artigo apresentamos alguns motivos que buscaram responder à nossa questão-título, relacionada à lei nº 13.006/14 que institui a exibição de filmes nacionais nas escolas. Entre eles, destacamos:

- o fato de o cinema entrar na escola diminui um pouco a carência de um contato com a arte por falta de espaços culturais em muitas cidades do interior do país, ou mesmo nas periferias urbanas, garantindo a toda a comunidade escolar um contato com o cinema;
- a possibilidade de alunos e professores aprenderem juntos, numa comunhão ignorante em relação a esse estrangeiro que chega à escola para instaurar-se no não saber (MIGLIORIN, 2010);
- a certeza de que os estudantes terão um contato diferente com o cinema, ao discutirem, analisarem e criticarem os filmes a que assistem e também produzirem seus próprios filmes, passando de espectadores passivos para autores de suas próprias produções;
- a possibilidade de estudantes, professores e toda a comunidade escolar terem contato com filmes que nem sempre circulam nas salas de cinema.

Essas são algumas justificativas que encontramos para dizer sim ao cinema na escola, mesmo que ainda por duas horas mensais, como prevê a lei, e ainda com algumas dificuldades e entraves pelas quais passam as escolas sem acesso à internet, com condições de projeção ainda precárias, entre outros problemas já apontados. Vale dizer sim ao cinema na escola, mas

nunca sem questionar o seu lugar, a sua potência, a sua importância na formação dos nossos estudantes, pois:

Considerando que o currículo envolve todas as experiências culturais que a escola propicia aos seus alunos, há que perguntar como tais artefatos são apropriados na escola, pois embora ela não seja espaço de lazer, como instância educativa e mediadora, ela poderá aprender e ensinar sobre muitas questões implícitas ao que é visto no cinema para potencializar a contemplação e a fruição de crianças. (FANTIN, 2004, p. 3).

A partir do que já foi teorizado por estudiosos de cinema e educação, destacamos algumas “respostas” para nossa questão. Duarte (2009, p. 16) entende que: “Ver filmes é uma prática social tão importante do ponto de vista da formação cultural das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais.”. Franco (2011, p. 29), por sua vez, argumenta que:

A linguagem científica tem perfil analítico, descritivo, minucioso, metódico, de rigoroso vínculo com o real, procurando responder às suas demandas. Tem como finalidade mobilizar as nossas competências cognitivas de racionalidade. A linguagem artística, por outro lado, é, em todas as formas de expressão estética, uma linguagem de síntese, que resume, que reconfigura, que desconfigura, que mais indaga do que responde, que dialoga com o sonho, o devaneio e a incerteza. Busca, seja nas formas mais tradicionais como nas mais experimentais, mobilizar nossa percepção, sensibilidade e adesão afetiva, emocional, intuitiva.

Acreditamos que a relação entre cinema e educação ainda se configura como uma busca. Estamos num momento profícuo de pesquisas, programas, eventos e discussões sobre o tema. A promulgação da lei, aqui discutida, demonstra uma maior seriedade por parte de nossos governantes em relação à discussão sobre esse tema em outras instâncias que não aquelas de debate já existentes entre pesquisadores, professores, redes de ensino e escolas.

Por fim, voltamos o início do texto com ainda mais outras perguntas que surgiram com o advento desta lei: cinema na escola pra quem? Até quando? Quem topa? De que maneira? Em que momento? Como atuar com cada faixa etária? Que filmes levar? Como fazer? Estas são perguntas que estão sendo discutidas entre os pesquisadores aqui citados e outros mais. É preciso que sejam pensadas não apenas por autores e estudiosos do assunto, mas principalmente junto com professores e instâncias governamentais, como tem ocorrido nos fóruns da Rede Kino.

De acordo com Fresquet (2013, p. 33-34), “Tanto no cinema, como na escola, somos colocados diante da possibilidade de reproduzir ou inventar. É necessário inventar, sempre, com o mundo, outros modos de habitá-lo.”. Então, se ainda não conseguirmos justificar o cinema na escola com todos os argumentos levantados e mais outros para os quais tentamos

apontar, respondemos simplesmente: cinema pra criar, inventar na escola. Na possibilidade de caminharem juntos, e não um contra o outro, ou um servindo de muletas para o outro é que cinema e educação podem modificar os modos de aprender e ensinar.

---

<sup>1</sup> “Professores cariocas do Colégio Pedro II e da Escola Normal do Rio de Janeiro, que atuaram na Reforma Fernando de Azevedo da instrução pública do Distrito Federal.” (ALEGRIA, 2008, p. 18).

<sup>2</sup> Conforme informação de Alegria (2008, p. 12), Canuto é paulistano e seu livro, “constitui uma das primeiras tentativas, no Brasil, de sistematização do uso do filme para a instrução pública.”

<sup>3</sup> É de relevante contribuição para compreendermos a história entre cinema e educação na América Latina, o trabalho exemplar de Alicia Veja, realizado com estudantes de escolas públicas do Chile. O documentário *100 niños esperando el tren/ 100 crianças esperando o trem* (1988) apresenta uma de suas oficinas, oferecida a crianças de um bairro da periferia de Santiago. A própria Alicia apresenta a crianças de 6 a 11 anos, elementos constituintes que levaram à invenção do cinema, como o zoetrope e o taumatrópio. Além disso, o filme mostra como as famílias interagem nesse contato que as crianças estabelecem com a sétima arte.

<sup>4</sup> No Chile, podemos destacar o *Primer Seminario Internacional de Cine y Educacion*, ocorrido em 2014.

<sup>5</sup> Site do projeto: <http://www.cinead.org/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>6</sup> Blog do projeto: <http://projetocinestesico.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>7</sup> Site do projeto: <http://www.janelaindiscretauesb.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2014.

<sup>8</sup> Site do projeto: <http://www.ufjf.br/grupolic/cineduca/>. Acesso em: 13 nov. 2014.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.uff.br/iacs/site/grad\\_cinema\\_audio\\_lic.html](http://www.uff.br/iacs/site/grad_cinema_audio_lic.html). Acesso em: 10 abr. 2015.

<sup>10</sup> Site do projeto: [http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=832:por-dentro-do-projeto-cineclube-nas-escolas&catid=34:educacao&Itemid=344](http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=832:por-dentro-do-projeto-cineclube-nas-escolas&catid=34:educacao&Itemid=344). Acesso em: 21 out. 2014.

<sup>11</sup> Site do projeto: <http://www.cinemaparatodos.rj.gov.br/site/programa/o-que-e/>. Acesso em: 21 out. 2014.

<sup>12</sup> Site do projeto: <http://www.inventarcomadiferenca.org/>. Acesso em: 21 out. 2014.

<sup>13</sup> Site do projeto: <http://imagensemovimento.com.br/o-projeto/>. Acesso em: 25 nov. 2014.

<sup>14</sup> Site do projeto: <http://www.telabr.com.br/educativo/apresentacao>. Acesso em: 12 fev. 2015.

<sup>15</sup> Site oficial: <http://www.curtanaescola.org.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>16</sup> Site: <http://www.cineduc.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2015.

<sup>17</sup> Site do projeto: <http://www.animaescola.com.br/br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>18</sup> Site do projeto: <http://www.enfants-de-cinema.com/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>19</sup> Mais informações em: <http://www.enfants-de-cinema.com/2011/ecole-et-cinema/ecole.html>. Acesso em: 11 nov. 2014.

<sup>20</sup> Para um maior aprofundamento sobre as pesquisas empreendidas por esses professores, sugerimos a leitura de: “Cinema e educação: a lei 13.006” (FRESQUET, 2015) e “Escritos de alfabetização audiovisual” (BARBOSA; SANTOS, 2014).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://redokino.com.br/#/page2>. Acesso em: 21 out. 2014.

## Referências

ALEGRIA, João. *O livro de imagens luminosas: Jonathas Serrano e a gênese da cinematografia educativa no Brasil (1889-1937)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, M<sup>a</sup> Carmen Silveira; SANTOS, M<sup>a</sup> Angélica dos. (Org.). *Escritos de alfabetização audiovisual*. Porto Alegre: Libretos, 2014.

BARRA, Regina Ferreira. *Cinema e educação: narrativas de experiências docentes em colégios de aplicação*. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BERGALA, Alain. *A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola*. Tradução Mônica Costa Netto, Silvia Pimenta. Rio de Janeiro: Booklink/CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008. (Coleção Cinema e Educação).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Audiovisual (SAV). *Programadora Brasil*. Site oficial do MinC. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/programas8/-/asset\\_publisher/QTN9rjJEc1bg/content/programadora-brasil-lanca-206-filmes-em-dvd-para-exibicoes-publicas-398917/10889](http://www.cultura.gov.br/programas8/-/asset_publisher/QTN9rjJEc1bg/content/programadora-brasil-lanca-206-filmes-em-dvd-para-exibicoes-publicas-398917/10889). Acesso em: 26 nov. 2014.

CATELLI, Rosana Elisa. *Dos “naturais” ao documentário: o cinema educativo e a educação do cinema entre os anos de 1920 e 1930*. 2007. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CATELLI, R. E. Coleção de imagens: o cinema documentário na perspectiva da Escola Nova, entre os anos de 1920 e 1930. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 605-624, abr.-jun. 2010.

CIRELLO, M. T. D. G. *Educação audiovisual popular no Brasil: Panorama, 1990-2009*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo – USP, 2010.

CORDEIRO, Kelly Maia. *Cinema e juventude: relações criadas pelos jovens dentro e fora da escola*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DUARTE, Rosália; ALEGRIA, João. Formação estética audiovisual: um outro olhar para o cinema a partir da educação. *Educação e Realidade: Dossiê Cinema e Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 59-80, jan./jun. 2008.

DUARTE, Rosália. *Cinema e educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FANTIN, Monica. Fragmentos e imagens de crianças no cinema: a inversão do olhar. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu-MG. *Anais eletrônicos...*, Caxambu: Anped, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FONSECA, Mirna Juliana S. *A dimensão formativa de cineclubes universitários*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FRANCO, Marília. Hipótese-cinema: múltiplos diálogos. In: FRESQUET, Adriana (Org.). *Dossiê cinema e educação #1: uma relação sobre a hipótese de alteridade de Alain Bergala*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREITAS, M<sup>a</sup> Teresa de Assunção. O cinema na formação de professores: uma discussão. In: FRESQUET, Adriana. (Org.). *Cinema e educação: a lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas*. Belo Horizonte: Universo Produções, 2015.

FRESQUET, Adriana. *Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Alteridade e Criação, 2).

FRESQUET, Adriana. (Org.). *Cinema e educação: a lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas*. Belo Horizonte: Universo Produções, 2015. Disponível em: [http://www.redekino.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Livreto\\_Educacao10CineOP\\_WEB.pdf](http://www.redekino.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf). Acesso em: 15 nov. 2015.

GONÇALVES, Beatriz Moreira Porto. *Cinema, educação e o cineclube nas escolas: uma experiência na rede pública do sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Gisela Pascale de C. *Linguagem cinematográfica no currículo da educação básica: uma experiência de introdução ao cinema na escola*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MATELA, Rose Clair. *Cineclubismo: memórias dos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2008.

MIGLIORIN, Cezar. Cinema e escola, sob o risco da democracia. In: FRESQUET, Adriana (Org.). *Dossiê cinema e educação #1: uma relação sobre a hipótese de alteridade de Alain Bergala*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MILLIET, Joana Sobral. *Pedagogias da animação: professores criando filmes com seus alunos na escola*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PACHECO, Raquel. Reflexões sobre o campo do cinema e educação. *Revista Teias*, v. 17, n. 47, p. 85-100, jan./mar. 2016. Cinema e Educação em Debate.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 3. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

REBELLO, Selma Tavares. *Educação em tela: limites e possibilidades da experiência do cineclube da faculdade de educação/UFRJ na formação de professores*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA, Leonardo. Infraestrutura deficiente é obstáculo a filme em escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jul. 2014. Sociedade. p. 25.

Submetido em 12 de agosto de 2015